



## *Raízes do Brasil* como “palimpsesto”: uma releitura do ensaio histórico da cultura brasileira, por hipótese

*Roots of Brazil* as “palimpsest”: a re-reading of the historical essay of Brazilian culture, by hypothesis

Daniel Machado Bruno<sup>1</sup>

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo*<sup>2</sup> (Walter Benjamin).

### Resumo

Este texto propõe a interpretação de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, como um verdadeiro *palimpsesto de inscrições*, isto é, como a leitura deste ensaio histórico da cultura brasileira deve considerar as modificações que este sofreu em sua versão revisada (de 1936 à edição de 1948), entendidas no sentido de remodelar a interação do escrito (cuja matéria é o processo de transformação social brasileiro) com seu contexto político de produção. O eixo polinucleado do livro é deslocado de um momento organicista inicial em termos de produção intelectual (nos anos 1930) para uma reorientação mais liberal proveniente de tempos de abertura democrática (pós-1945).

**Palavras-chave:** *Raízes do Brasil*. Ensaio histórico. Palimpsesto. Cultura brasileira.

### Abstract

This text proposes an interpretation of *Roots of Brazil* (Sérgio Buarque de Holanda) as a “palimpsest of inscriptions”, that is how our reading of this historical essay of Brazilian culture considers the modifications in its revised version (from 1936 to 1948). In this regarding, we understand the changes made by the author in the text with the purpose to reconfigure the interaction of writing (whose subject is the Brazilian social transformation process) with its political context of production. The book's polynucleated axis is shifted from an early organicist moment in terms of intellectual production (in the 1930s) to a more liberal reorientation from times of democratic openness (post-1945).

**Keywords:** *Roots of Brazil*. Historical essay. Palimpsest. Brazilian culture.

<sup>1</sup> Doutorando em História – PUCRS. E-mail: daniel.mbruno7@gmail.com

<sup>2</sup> Cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Walter Benjamin – obras escolhidas, vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940], pp. 222-232, sexta tese.

## **Introdução: pressupostos de abordagem**

Em dois artigos metodológicos publicados nos anos 1980 em que procura mapear a produção no âmbito da História Intelectual no mundo anglófono e lançar uma proposta alternativa de interpretação de textos políticos, Dominick LaCapra (1998, pp. 283-84) define o trabalho do intérprete à luz da efetivação de um diálogo crítico com o texto e(m) seu tempo, “diálogo que exige una sutil interacción entre proximidad y distancia en la relación del historiador con el ‘objeto’ de estudio”. Trata-se, em extensão, de explorar a relação dialógica entre passado e presente que a interpretação proporciona em torno a uma aventura hermenêutica que busca compreender a intersecção entre texto, época de produção e suas apropriações na tradição interpretativa que sobre ele se há debruçado ao longo do tempo.

Como sustenta LaCapra (2013, p. 100),

(...) um modelo documental restritivo ou objetivista toma o que é, em certos aspectos, uma condição necessária ou uma dimensão crucial da historiografia, e a converte em uma definição virtual e exaustiva. Isso também desvia a atenção do foco de que os “documentos” são, eles mesmos, textos que “processam” ou retrabalham a “realidade” e requerem, por esse motivo, um leitor crítico que possa ir além das tradicionais formas filológicas (...).

Essa linha de investigação enunciada se assenta no pressuposto metodológico de não tratar o texto como “documento” em análise, como é uso na perspectiva de “modelo documental”, cuja tarefa seria de extração hermenêutica de uma essencialidade de sentido ou valor característico da época que o texto registra. Esta relação unilateral entre “texto” e “contexto” cujo escrito seria encarado como “porta-voz” de um tempo passado é preterida mediante outra proposta: perscrutar o texto como “objeto” que fabricou sentidos de “realidade” diante de uma situação histórica determinada. Para tanto, sustenta-se a posição de pensar o texto a partir de um investimento aproximativo dialógico que visa considerar o hiato temporal que separa o “intérprete” (no presente) do “texto-fonte” (um vestígio do passado), tecendo assim um *modelo dialógico* de molde à historiografia.

Dessa mudança de perspectiva historiográfica, que desloca, com efeito, o

eixo de interpretação do texto, desdobram-se duas implicações metodológicas: a) a história deixa de ser compreendida como terreno empírico factual a que corresponderia tão-somente o exercício de verificação da “verdade” dos acontecimentos nas fontes/“documentos” examinados pelo historiador; b) e, como desdobramento da primeira inferência, a concepção de história que dirige este investimento analítico passa a dar conta de uma leitura crítica das experiências que se encontram “incorporadas” e elaboradas no texto, na medida em que há nele, como em todas outras fontes históricas, a figuração e a significação dos acontecimentos sob o prisma de um exercício de “hermenêutica da experiência” – de “retrabalho da realidade”, como propôs LaCapra.

Sendo assim, a perspectiva histórica aqui empreendida sobreleva-se do plano narrativo-acontecimental caro às abordagens historiográficas mais tradicionais, radicadas em paradigmas epistêmicos do XIX (como o positivismo) e avança em direção ao estabelecimento de um inquérito de *mobilização da história (das historicidades)* na escrita dos textos políticos, isto é, intenta-se clarificar a operação historiográfica (de escrita da história) nos discursos. Este aporte metodológico é, por nós mobilizado aqui, para pensar o lugar da história no chamado “pensamento social brasileiro”, arena de discussão que se propôs a “pensar o país” e tematizar seu complexo cultural-político-social de formação (NOBRE, 2014). Em nosso caso, a construção da nação e a presença de múltiplas temporalidades em sua textura contemporânea é alvo de investigação no ensaio histórico *Raízes do Brasil*, texto nuclear do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

Buarque de Holanda, um dos principais intelectuais articuladores da nação brasileira, pensada enquanto constructo imaginado, produziu, entre suas produções de crítico literário, ensaísta e historiador do período colonial e imperial brasileiro, uma interpretação densa sobre o passado brasileiro de cujas “raízes” ele destacou o lastro cultural personalista e oligárquico que condiciona, com efeito, o desenvolvimento contemporâneo da democracia em nossa sociedade. Este argumento radical, no sentido de mobilização de uma leitura da história do período colonial e imperial brasileiro, fundamenta diante de sua fortuna crítica a

sua inserção na cultura intelectual do país<sup>3</sup> como um dos chamados *intérpretes do Brasil*.<sup>4</sup>

Nosso propósito neste artigo é esboçar uma releitura de *Raízes do Brasil* (a contribuição de Buarque de Holanda à interpretação do Brasil) a partir de uma perspectiva que privilegie os enlaces combinatórios e interseccionais entre política, cultura e história na geometria desse pensamento que, de certo modo, ainda nos interpela na análise de estruturas políticas e sociais contemporâneas nacionais. Da compreensão da historicidade como fator chave ao texto, a (re)configuração dinâmica dos processos sociais que articulam passado e presente na fisionomia política da nação no século XX choca-se com o complexo de regularidades culturais que reforçam, em contrapartida, a presença de heranças do passado nesse mesmo presente síncrono. Este será o nosso quadro de interpretação deste texto clássico do pensamento nacional.

### **O choque de historicidades em “Raízes do Brasil”**

Nos últimos anos, o livro *Raízes do Brasil* e seu autor, Sérgio Buarque de Holanda, têm recebido inovadores e consistentes investimentos de releitura que reabrem o debate acerca do significado político do texto sob o prisma de problematizar a visão democrática e liberal atribuído a ele desde sua edição original, em 1936 (FELDMAN, 2013; MATA, 2016; MELLO, 2014; MONTEIRO & SCHWARCZ, 2016; ROCHA, 2008; SCHLEGEL, 2017; VAINFAS, 2016; WAIZBORT, 2011). Essa revisitação alicerça-se em uma identificação da obra com a constelação ideológica *conservadora* hegemônica ao longo dos anos 1930 no país, cujas coordenadas filosófico-políticas do organicismo e do irracionalismo de viés germânico se constituiriam nas matrizes intelectuais de leitura da formação social brasileira em *Raízes*.

Nossa perspectiva, inscrita nesse debate contemporâneo sobre o texto e em diálogo aberto com essa tendência que tem orientado os estudos recentes da

---

<sup>3</sup> Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, Sérgio Buarque de Holanda trata-se “sem dúvida o [do] mais completo, o mais erudito historiador brasileiro”. Ver: (VAINFAS, 2016, p. 1).

<sup>4</sup> Designação referente ao gênero de interpretações paradigmáticas que buscaram compreender a história do país, analisando o passado no âmbito social, político, econômico e cultural, e oferecer alternativas de futuro no processo de modernização nacional. Sobre isso, ver os seguintes conjuntos de trabalhos: (AXT & SCHULER, 2004; BOTELHO, 2010; PERICÁS & SECCO, 2014; RICUPERO, 2007).

historiografia do pensamento social nacional, é demonstrar que o fator tempo (em termos da mobilização das historicidades constituintes da realidade social) é chave decisiva à leitura política de Buarque de Holanda no texto. De elemento que ampara as modificações porque a segunda versão do livro passa - ponto de chegada das interpretações recentes da historiografia -, a historicização do discurso se torna operacional enquanto ato hermenêutico da própria (cosmo)visão brasileira em busca de sua transformação radical no plano da sociedade.

Sendo assim, enfatiza-se a sugestão de que uma explicação das razões que orientaram a revisão do texto clássico de sua versão original (1936) à edição atualizada (desde 1948) requer um esforço hermenêutico para além da órbita dos argumentos estritamente políticos. Desse modo, mais do que definir uma suposta “essência” de sua edição *princeps* e cogitar definir suas versões revisadas com base numa chave identitária (ideológica)<sup>5</sup>, importa, a nosso ver, compreender a operação historiográfica que a revisão do texto proporcionou na construção de seu discurso.

Na chave de leitura identitária habitualmente efetuada, o esforço se concentra na decodificação das agendas de país que derivam do entrecruzamento entre temas culturais, sociais e políticos da formação histórica nacional, com olhar lançado aos processos de modernização, de reconstrução da identidade nacional (captadas a partir da discussão entre cordialidade e civilidade na obra) e da emergência de uma cultura política alinhada ao desenvolvimento democrático da sociedade. Para tanto, essa perspectiva busca na análise textual uma reflexão substantiva sobre as condições de implantação da democracia no país, o que ampara a atribuição da posição de construção democrática do Brasil-nação ao texto.

No bojo dessa leitura, encontra-se a premissa que articula a análise da formação nacional brasileira – em suas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas – a um programa político orientado ao presente, isto é, voltado à ação

---

<sup>5</sup> Em torno ao debate historiográfico acerca da semântica política das teses formuladas em *Raízes*, as leituras, a título de equacionamento, podem ser enquadradas em três divergentes campos identitários: a) as que destacaram as posições *liberal-democráticas* do livro, desde a edição de origem; b) as que destacaram o acento *democrático radical* do livro, igualmente desde a origem; c) a tendência mais recente que, ao levantar a necessidade de se cotejar as primeiras edições do texto, aponta a posição próxima ao *conservadorismo* dos anos 1930 se partirmos da primeira versão publicada do livro. Sobre uma análise dessas posições, ver: (BRUNO, 2019, pp. 39-60).

política contemporânea informada pelas diretrizes provenientes do diagnóstico dos problemas do passado que condicionariam estruturalmente o desenvolvimento da nação; isto é, trata-se de um jogo interpretativo entre as raízes (problemas) e alternativas nacionais (as “soluções” propostas pelos pensadores nacionais). Compreender este nexos é fundamental para perscrutar a hipótese que sustenta a classificação da posição política do autor e perceber a disputa simbólica em torno da semântica do texto no cânone das interpretações do país. Por essa razão, quando se aborda a investigação do lugar ocupado pelo livro no pensamento social, o que está em disputa é, com efeito, a natureza ideológica das teses delineadas em *Raízes*.

Como claro exemplo do que até aqui tratamos acerca dessa perspectiva, veja-se a interpretação de Luiz Guilherme Piva (2000, p. 19):

Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte são autores preocupados com o “sentido” do Brasil: todos veem, cada qual a seu modo, um significado singular no passado, no presente e no futuro do país. Mas, embora dediquem muito de seu esforço a mergulhos no passado e a críticas no presente, é o futuro o que lhes interessa, mesmo quando isso não esteja tão claramente explicitado, caso de Holanda. A **investigação do passado e do presente só ganha sentido pela obsessão com a construção do porvir**. (grifo nosso).

Articulada a leitura dos diagnósticos do passado aos prognósticos de superação dos dilemas presentes e a construção do futuro, a análise do pensamento desses diferentes pensadores se diferencia por suas perspectivas político-ideológicas, isto é, os conteúdos conceituais que mobilizaram na compreensão da realidade histórica brasileira e em sua projeção dos desafios a serem alcançados na história política e social contemporânea do país. Este é o eixo paradigmático de leitura que pretendemos, com efeito, deslocar em nossa interpretação.

Em nossa percepção, a configuração dinâmica dos processos sociais que articulam o passado e o presente da nação deve ser mais bem compreendido se encarada à luz de um movimento que entrava o desenvolvimento prospectivo da sociedade, reforçando a presença do passado (e de suas heranças) no tempo presente – que se torna, assim, a temporalidade da dissolução e do deslocamento das “raízes” e dos fundamentos coloniais e imperiais. Para demonstrar essa hipótese interpretativa, e identificar a repaginada fisionomia temporal que o texto

passa a ter desde sua edição revisada, procederemos ao cotejamento das edições para mostrar a divergente interação do livro com sua época (na perspectiva comparativa de 1936 e de 1948).

A nosso ver, processou-se uma nova leitura da história – da relação estabelecida entre o passado e o presente da sociedade brasileira, que foi reforçada no texto -, e delineou-se a mudança de direção da linha interpretativa conduzida em *Raízes*, o que, ao mesmo tempo (não apenas como coincidência, mas, sim, por implicação coligada) em que tornou sua leitura mais radical e progressista do ponto de vista político, conforme a fortuna crítica cristalizou<sup>6</sup>, deixou-a mais historiográfica, no sentido de abertamente *historicista*.<sup>7</sup> A par de exemplo, a mudança efetuada no título de dois capítulos do livro (o terceiro e o quarto) manifesta essa ordem de preocupação – na primeira edição, o capítulo terceiro apresentava o título “*O passado agrário*” e o capítulo quarto “*O passado agrário (continuação)*”, substituídos, a partir da edição de 1948, respectivamente, por “*Herança rural*” e “*O semeador e o ladrilhador*”, o que desponta, sobretudo na avaliação do primeiro capítulo a sofrer alteração, a noção de que o passado torna a ser compreendido como herança ao tempo presente que ainda não “passou”, no sentido etimológico mais estrito do termo<sup>8</sup>.

Nesse novo molde, a historicidade inscrita no texto, na própria tessitura – nesse caso, de *reescrita* - revela o sentido da revisão do livro que, ao introduzir uma nova orientação histórica a sua linha argumentativa, alterou, por arrasto,

---

<sup>6</sup> A interpretação de *Raízes* que acentua o caráter progressista da mensagem política do livro foi cristalizada pela tradição de intérpretes (a fortuna crítica) que a leu desde os trabalhos pioneiros do crítico literário Antonio Candido. Do ponto de vista da historiografia recente, ainda que essa tese dominante tenha sido problematizada, por meio da estratégia metodológica de comparar as primeiras edições, o que permitiu perceber-se os distintos horizontes políticos de análise entre elas, o eixo de leitura ainda é predominantemente atento à natureza política da revisão realizada, sem considerar, no mesmo plano, o câmbio na leitura da história (sobre o passado e sua projeção nas dinâmicas de processos sociais do presente) – conteúdo de nossa proposta interpretativa.

<sup>7</sup> Sobre o termo, não o aplicamos ao tratamento de uma corrente da historiografia a que foi durante muito tempo associado, sobretudo aos metódicos e positivistas do século XIX, fundadores da ciência histórica de matriz francesa, que seriam, segundo a crítica consagrou, defensores de uma temporalidade linear, progressiva, preocupada sobretudo com o plano “acontecimental” - os fatos de curta duração. Sobre essa concepção e uso do termo, ver (CATROGA, 2006). Quando aplicamos a noção, referimo-nos à adoção de uma perspectiva histórica mais explícita que passa a lastrear os argumentos do livro, no que concerne desde ao tratamento mais básico da indicação de notas de rodapé, lugares e datas dos acontecimentos, até a dimensão mais complexa da “processualização” das teses que, ao serem historicizadas, adquirem teor mais relativista e radical, isto é, menos esquemático e essencialista.

<sup>8</sup> Para verificação, conferir a modificação realizada no título desses dois capítulos em (MONTEIRO & SCHWARCZ, 2016, p. 117 e p. 161).

politicamente o modo como a mensagem do texto se relacionava com seu contexto intelectual e social. Trata-se de uma revisão, portanto, antes histórica, nos termos da mudança na concepção de tempo que subjaz o redesenho das teses do livro, do que exclusivamente política.

Essa nova tendência a que o texto foi submetido impactou na semântica e na forma com que foram apresentados os argumentos ao longo da interpretação, o que pode ser percebido, sobretudo, nas questões referentes à dinâmica dos processos sociais de transformação do país, à organização da sociedade e do Estado brasileiro e ao tratamento da identidade nacional enquanto modo de comportamento social e político. Abaixo, procedemos à comparação entre duas passagens do texto onde se manifestam as visões desse processo de transformação da sociedade, onde pode-se perceber o propósito da revisão realizada.

Para o autor, na edição revisada (HOLANDA, 2013, p. 204),

A grande revolução brasileira não **é** um fato que se registrasse em um instante preciso; **é** antes um processo demorado e que **vem durando** pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas.<sup>9</sup> [grifos nossos].

Na edição original (HOLANDA, 1936, p. 136), ele então afirmara que

A grande revolução não **foi** um facto [sic] que se pudesse assinalar [sic] em um instante preciso; **foi** antes um processo demorado e que **durou** pelo menos tres [sic] quartos de seculo [sic]. [grifos nossos].

Na comparação entre os excertos, destacamos as três alterações relativas ao emprego dos tempos verbais na frase - da forma “foi” (em 1936) para “é” (após 1948), mudança que se repete uma vez, e da forma “durou” (conforme a 1ª edição) para o composto “vem durando” (desde a segunda versão) -, que revelam uma nova temporalização da tese de mudança social: a compreensão de que o processo que em 1936 Sérgio Buarque julgava como fato característico do século XIX nacional, por isso a conjugação verbal no tempo pretérito, a partir da segunda

---

<sup>9</sup> Excerto retirado da edição de 2014, porém já revisado e apresentado nessa configuração final desde o reparo da segunda edição, de 1948.

edição recebeu a carga histórica de fenômeno atual (daí o uso dos termos “é” e “vem durando”, que sugerem sua vigência no presente), tornando-se responsável pela construção da sociedade brasileira contemporânea. Esse novo arranjo da composição dos verbos implica um dispositivo argumentativo que remete diretamente a uma nova densidade temporal de transformação social demarcada como processo revolucionário nacional. Como acontecimento em curso, cujo fato da Abolição emerge como momento simbólico do complexo de modificação da estrutura econômica da sociedade, este processo caracteriza-se por produzir, ao longo de seu desenvolvimento, um “novo estado de coisas”, isto é, uma nova ordem que, no presente, encontra-se em construção, na medida em que se está diante da dissolução de um modelo que ainda suscita ressonâncias.

Na compreensão da semântica dessa mudança revolucionária abordada, a temporalidade é múltipla – tratando-se de *temporalidades* -, cujas dinâmicas dão conta de dimensões particulares do real: a temporalidade do plano econômico-social, a política e a de estrato cultural. Nesse sentido, se do ponto de vista do nível econômico e social a mudança já se apresenta realizada – na transição da estrutura rural e escravocrata para a de predomínio urbana e livre -, conforme o próprio fato da Abolição mobilizado como marco simbólico dessa transformação assevera, do ponto de vista cultural a persistência de um padrão de relações cordiais alinhados à estrutura patriarcal e, no plano institucional, a ordem oligárquica não lograram desalojar-se da lógica personalista vigente, a qual remonta à herança de estatuto colonial.

Esse manejo de temporalidades – os diferentes “estratos do tempo”<sup>10</sup> – que moldam a experiência histórica brasileira estão *in process* de configurarem, na medida em que o processo carrega a potência, uma mudança ampla e profunda da sociedade que será responsável por remodelar a nação rumo a uma organização social e política moderna, de feições burocráticas (impessoais) e democráticas. Esse conjunto de argumentos tornaram-se mais coerentes e sintonizados entre si após a revisão promovida pelo autor que, ao introduzir uma abordagem mais

---

<sup>10</sup> Sobre a noção de estratos do tempo, metáfora espacial construída pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, defende-se a perspectiva da existência de uma infinidade de momentos temporais que compõem o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas”. A concepção de tempo e sua duração é plural, múltipla e interconectada na fusão de uma nova temporalidade histórica. Consultar: (KOSELLECK, 2001).

histórica ao texto, permitiu que a mensagem do livro como um todo se tornasse mais radical e afeita ao processo escalar de “revolução”. O peso do argumento histórico, desse modo, sedimentou o sentido desse processo como trama da fabricação de uma organização social e política republicana que emerge, a partir daí, como projeto de sociedade aspirado e, desde a edição de 1948, é tornado o caminho possível do complexo de transformação profunda (de dissolução das raízes) por que passava a realidade social desde o final do século XIX.

Como exemplificação do que vimos tratando, a concepção do papel do Estado na organização da sociedade atrai mudanças que, ainda que soem sutis, tendem a relativizar a força do aparelho estatal. Para Sérgio Buarque (2014, p. 210), após a revisão,

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio -, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele **ainda** pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. **Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo.** [grifos nossos].

De outro modo, na edição original, Holanda (1936, p. 142) afirmava que

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio – mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também [sic] essa respeitabilidade que os nossos paes [sic] ibéricos [sic] nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas. Ele pode conquistar por esse meio, e só por ele, uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional.

O relacionamento entre Estado & sociedade civil se vê alterado entre as edições sob o ponto de vista de relativizar a ingerência estatal em termos de intervenção social, tornando o arcabouço institucional dependente de determinadas condições de funcionamento da vida social para o seu sucesso, de forma a nuançar um argumento que, se mantido inalterado em relação à primeira edição, correria o risco de ser fortemente associado à tradição conservadora do pensamento social, na medida em que se poderia depreender do texto a defesa de um “Estado forte” - princípio ordenador do pensamento conservador e autoritário brasileiro. No excerto comparativo, pode-se visualizar a relativização que

sustentamos por hipótese a partir da mudança realizada se consubstancia no emprego do advérbio “ainda” e da frase iniciada pela conjunção “mas”, os quais sugerem a existência de determinadas condições de possibilidade para o acontecimento do fenômeno em questão – o fortalecimento do Estado - e também supõem no presente certa presença do passado que interfere – ou, pelo menos, *ainda*<sup>11</sup> pode interferir – no curso dos processos sociais; no caso em tela, o aparelhamento político sobre a vida social.

### **Um novo tempo da nação: história, política e cultura em tempos de crise**

De mesmo modo que enfatizamos a presença do elemento “historicidade” que atravessa o texto e se destaca principalmente a partir da edição revisada, outro aspecto deve ser ressaltado: o potencial especulativo que a projeção do “horizonte de expectativas” da nação apresenta. Um ainda-não “Brasil” que aponta para outras realidades projetadas desde o “tempo-agora” (o *Jetztzeit* de Benjamin), esboço de um pensamento não determinístico nem tampouco “fundacionalista” /estruturalista em suas pretensões (por isso, a necessidade de uma alternativa à chave de interpretação substancialista do texto).

Distanciando-se desse modo de leitura, para o qual do texto seria extraível respostas políticas (soluções) a diagnósticos de problemas estruturais da nação, o conceito de história readquire um impulso perspectivo (e especulativo) que demanda à interpretação compreender a relação entre as temporalidades residentes nos discursos nacionais, como por exemplo, em Raízes. Sob essa abordagem teórica, os conceitos políticos sofrem de uma *dessubstancialização* de um suposto sentido essencial posto *a priori* e são *recolocados*, com efeito, em debate aberto acerca dos futuros possíveis da sociedade.

Nesse sentido, pensar questões emergentes do presente como a problemática da democracia no Brasil contemporâneo mediante uma abordagem menos estruturalista e mais histórica do ponto de vista da compreensão do fenômeno político solicita uma hermenêutica dialógica, isto é, pôr em exercício a

---

<sup>11</sup> Thiago Nicodemo apontou a presença do advérbio “ainda” nas versões posteriores do texto como força de reforçar uma articulação entre passado e presente que vislumbra um “horizonte de expectativa”, cujo ainda histórico cria mecanismos de entrave. Sobre isso, ver (NICODEMO, 2014, p. 48).

tarefa de pensar o texto como fonte de interlocução para, a partir da fonte, avançar na elaboração de análises contemporâneas do problema e não estritamente documentais. Afasta-se, assim, da percepção do texto como resposta a um problema colocado no contexto que, sendo assim, seria definitivamente datado, e projeta-se a historicidade do texto e dos conceitos que atravessam seu discurso para uma realidade outra que não pressuposta.

No caso de *Raízes*, a problemática da democracia sofre o impulso dessa linha de interpretação histórica/historicista que, sobre essa questão em particular, vê-se rearranjada no modo como a forma política foi traduzida ao contexto nacional. A partir da revisão a que o texto fora submetido entre suas edições primeiras, o problema é recolocado sob a forma de tradução efetivada pelos agentes políticos do período.

Na versão revisada, Sérgio Buarque (2014, p. 192) aponta que

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de **acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios** que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. [grifos nossos].

Na 1ª edição, Holanda (1936, p. 122) assim ponderava:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de **acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis**, que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia europeia contra os aristocratas, e isso só porque essas leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e nos discursos. [grifos nossos].

Na comparação entre os excertos, muda a perspectiva de como foi traduzido o modelo democrático no país: na edição revisada, o ângulo parte do sistema político moderno e dirige-se à realidade brasileira por via da acomodação da elite política da época – “a aristocracia rural e semifeudal” –, como um movimento de fora para dentro em que a democracia é transplantada e configurada à moda da lógica de poder oligárquico do contexto nacional; na versão original, o movimento de adaptação levou a que a aristocracia enquanto casta política se acomodasse aos

princípios do modelo político (“às suas leis”). A revisão, ao alterar o giro perspectivo do argumento, lança luz sob outro aspecto decisivo e, por arrasto, revisitado por Sérgio Buarque: a lógica organicista e “realista” de algumas de suas argumentações. Nesse excerto em tela, ao inverter o processo de transplantação brasileira da democracia, duas consequências podem ser inferidas, ainda que a modificação do parágrafo possa soar tênue: em primeiro lugar, o afastamento retrospectivo de uma linha realista-organicista de interpretação, tendo em vista que o problema anteriormente estava colocado na inadaptação da democracia ao ambiente social do país, isto é, na falta de organicidade do modelo à realidade social estrutural a que se destinava, e de modo algum na dominação política de uma aristocracia rural e semifeudal local, pois, segundo ele, o sistema moderno destoava do meio social.

Com a alteração, por meio do emprego sutil de novos advérbios e da mudança de flexão verbal (substituições de “*onde fosse possível*” [pós-1948] por “*como lhe fosse possível*” [1936] e de “*acomodá-la*” [pós-1948] por “*acomodar-se*” [1936]), o problema passa a ser pensado não mais na inadaptação *ad totum* da democracia à formação social brasileira, mas à luz da forma política oligárquica que regia as relações de poder na sociedade e, não obstante, tentava modernizar-se por via da implantação de uma ordem democrática considerado, naquele contexto, como signo moderno. Por essa razão, a mobilização do recurso operacional de acrescentar à frase expressões como “fachada” ou “decoreção externa”, o que desloca o sentido do argumento e denota, em segundo lugar, uma crítica radical à inexistência de democracia no país, sublinhando as relações de poder personalistas e oligárquicas locais, afastando-se da tese original da incompatibilidade do modelo (por sua origem exógena) a “nossa realidade”, termo caro ao debate nacional(ista) do período.

Emerge assim, progressivamente, a defesa radical da democracia no texto, posição que o tornaria reconhecido por seus intérpretes como intelectual progressista do cânone do pensamento social. No entanto, como aventado por hipótese desde o título deste texto, essa reorientação que o texto sofre sinaliza uma nova forma de esgrimir a relação com a temporalidade histórica, que subjaz a movimentação de revisão substancial do ensaio. Nesse sentido, propomos a ideia

de um “palimpsesto de inscrições”<sup>12</sup> tendo em vista a relação entre a versão original de 1936 e a revisada desde 1948, cujo saldo de marcas impressas no texto registram apagamentos e (re)inscrições na produção do discurso a que *Raízes* dá suporte.

Nossa perspectiva de leitura é que esse quadro que funciona como um palimpsesto, composto de historicidades diversas, opera com base em duas noções articuladas que conduziram à (re)fabricação do livro: *desenraizamento* e *deslocamento*. Por desenraizamento, compreendemos a ideia de que o processo de transformação social designado como revolucionário por Buarque de Holanda ampara-se na constatação de um desajuste temporal entre as esferas socioeconômicas, culturais e políticas da nação em seu ingresso à modernidade. Desse modo, os ritmos temporais dissonantes de cada instância da realidade projetam a imagem de uma nação assimétrica, que se encontra, portanto, em um jogo de transformação de suas raízes formativas – a que a experiência do deslocamento visa categorizar.

Como todo processo revolucionário, as mudanças processadas se realizam sob ritmos particulares e dissonantes de acordo com as esferas da sociedade que impactam. A experiência de crise da “velha ordem” – rural e patriarcal – é articulada pelo autor a partir de uma situação de impasse (desajuste temporal) que reside na coexistência de estruturas coloniais e de novas instituições em processo de configuração no presente – o arcaico & o moderno, em síntese. Esse desequilíbrio entre as instâncias da vida social fundamenta a compreensão da assimetria permanente, cuja falta de correspondência entre as dimensões culturais e políticas em relação às sociais e econômicas renova, mais uma vez, a sensação de desterro em nossa própria terra, para repisar a tese clássica de abertura do texto. Em acréscimo a esse quadro, quando se fala em deslocamento se está a alinhar outro condicionante que não se encerra em um argumento incisivo e fechado. É de se ter em vista que a radicalidade da interpretação, com um discreto ceticismo final weberiano, baseia-se em sua mensagem *aberta*, característica de sua forma ensaística: aberta às transformações do presente, cujo sentido do processo é colocado no deslocamento das raízes do passado, que passarão a ocupar outro lugar que não mais o de fundamento – de raiz.

---

<sup>12</sup> Sobre a imagem do palimpsesto, consultar a análise proposta em: (AZEVEDO, 2012, p. 18).

A revolução é, assim, definitivamente processada, visto que a formação nacional ainda está vinculada às suas sobrevivências arcaicas legadas às instituições do presente. A configuração política da nação no presente abre-se, desse modo, a uma perspectiva temporal dinâmica que fatora as raízes de sua desordem (da assimetria das temporalidades como tese e do “desterro” como sensação permanente) e projeta-se no deslocamento do *ainda* histórico e suas últimas “ressonâncias” no tecido social rumo a sua transfiguração em elementos de uma *já* velha ordem; com efeito, da colônia como tempo histórico do *passado* nacional.

É sob esse prisma que a problemática da democracia retorna ao debate transfigurando-se da condição contextual de “lamentável mal-entendido”, na frase repisada do texto recortada no excerto anterior, para a de uma possibilidade concreta vinculada ao processo revolucionário radical (no sentido do deslocamento das raízes, frisa-se); em uma palavra, de um ainda-não para um por vir<sup>13</sup>. Nesse sentido, as condições de possibilidade de uma sociedade democrática estão para a emergência da escala de transformação social assim como a sociedade aristocrática de poder oligárquico estava para a escala colonial e imperial do país.

### **Considerações finais**

Ao desenvolver uma releitura por meio de um olhar que buscou recuperar a marca da historicidade deste texto que é amplamente considerado um clássico da cultura brasileira e cânone da historiografia nacional, o escopo analítico perseguido pretendeu considerar um aspecto pouco difundido nas interpretações que alçaram *Raízes do Brasil* à imagem de livro expoente do pensamento democrático nacional. Ao mapearmos a fortuna crítica sobre o ensaio, identificamos como os estudos do campo do pensamento político e social brasileiro procuraram apreender o posicionamento político dos temas tratados no ensaio em uma chave de leitura *substancialista*, cuja disputa interpretativa

---

<sup>13</sup> A expressão derridiana da democracia como um eterno “por vir” é trabalhada pela teórica política belga Chantal Mouffe como uma condição imanente à democracia, na medida em que esta não (su)porta uma harmonia final ou um ponto de equilíbrio a ser alcançado que seria almejado desde o princípio, tendo em vista o agonismo conflitivo que caracteriza a sociedade. Sobre isso, ver (MOUFFE, 2000, pp. 274-75).

reinante versava sobre a natureza ideológica das teses sustentadas no texto. Em avanço a essa perspectiva, propusemos como desafio hermenêutico uma abordagem que considerasse o fator tempo/temporalidade no âmbito da (re)escrita do livro, o que permite tocar em questões de ordem histórica que um olhar voltado à apreensão política muitas vezes passava ao largo.

Nesse sentido, posicionada entre a crítica historiográfica e a proposição de uma alternativa de leitura do texto, nossa lente foi ajustada para ampliar o horizonte de interpretação do ensaio e perceber a nova configuração temporal que suas teses receberam, tornando-o mais radical, relativista e progressista. Uma nova leitura da história brasileira com relação ao impacto do passado na construção do presente é, ao remodelar a história, um fator que se constitui em ato hermenêutico (de abertura à historicidade) e, por arrasto, político. A questão que mais importa que seja retida do texto, portanto, é visualizar esse compósito de temporalidades múltiplas e heterogêneas que constituem a nação e a tornam um complexo palimpsesto, tal qual o próprio suporte do texto (ao passar por uma acentuada revisão, como demonstramos) é capaz de manifestar. Como mensagem a interpelar a nossa experiência contemporânea, trata-se de, buarqueamente, acompanhar o movimento histórico da sociedade entre os ritmos dissonantes e as “sobrevivências arcaicas” que desenham a atual temporalidade cultural nacional. Talvez, retomando o autor, possamos (re)problematizar, assim, a(s) sensação(es) recorrentes de desenraizamento da cultura brasileira.

## **Referências**

AXT, Gunter & SCHULER, Fernando (orgs.): *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

AZEVEDO, Ana Beatriz Sampaio Soares. Antropofagia – palimpsesto selvagem -. *Dissertação de Mestrado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, 199 f.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. Em: Walter Benjamin – obras escolhidas, vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940], pp. 222-232.

BOTELHO, André: Passado e futuro das interpretações do país. In: *Tempo Social*, São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010.

BRANDÃO, Gildo Marçal: *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

BRUNO, Daniel Machado. *Raíces del Brasil y sus intérpretes, ochenta años después: una crítica historiográfica de la visión democrática y autoritaria de las interpretaciones del ensayo histórico*. Madrid: *Espacio, Tiempo y Forma – Serie V Historia Contemporanea*, UNED, n. 31, 2019, pp. 39-60.

CANDIDO, Antonio: Sérgio em Berlim e depois. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 3, pp. 4-9, julho 82.

CANDIDO, Antonio: Radicalismos. São Paulo: *Estudos Avançados*, v 4, nº 8, 1990.

CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, pp. 7-34, 2006.

FELDMAN, Luiz: Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28 nº 82, junho/2013, pp. 119-140.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

LACAPRA, Dominick: Repensar la historia intelectual y leer textos. In: *Giro Lingüístico e Historia intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar: *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MATA, Sérgio da: Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016.

MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. *Debate Feminista (Cidadania & Feminismo)*, n. especial, 2000, pp. 266-275.

NICODEMO, Thiago. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 14, abril 2014, pp. 44-61.

NOBRE, Marcos. O que significa "pensar o país"? Um debate a propósito de *Por que o Brasil cresce pouco?*, de Marcos Mendes. *Novos estudos - CEBRAP* [online]. 2014, n. 100, pp. 97-113. Acesso em: 5 nov. 2019.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrihadores e semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000.

PERICÁS, Luiz Bernardo & SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.): *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHLEGEL, Rogério: *Raízes do Brasil, 1936: o estatismo orgânico como contribuição original*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, fevereiro/2017.

SOUZA, Jessé: *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

VAINFAS, Ronaldo: O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016.

WAIZBORT, Leopoldo: O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil, 1936*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2011, vol.26, n.76, pp. 39-62.

WEFFORT, Francisco: *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

**Recebido em:** 12/11/2019.

**Aprovado em:** 18/11/2019.